

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

**CONVERSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: O CASO DE UMA
TRANSPORTADORA COM SUCURSAL URUGUAIA**

KARINE EGGERS

Trabalho de conclusão apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Simone Letícia Raimundini
Co-orientador: Prof. Ariel Behr

Porto Alegre
2010

CONVERSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: O CASO DE UMA TRANSPORTADORA COM SUCURSAL URUGUAIA

Karine Eggers*

Resumo: Desde que muitas empresas estão expandindo seus negócios para outros países, torna-se necessário que as informações geradas por estas empresas sejam adequadas aos seus diversos usuários, dentre eles investidores que podem ser nacionais ou estrangeiros. Neste contexto temos o processo de convergência da contabilidade no Brasil aos padrões internacionais, que conta com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis para emitir pronunciamentos que auxiliem e conduzam este processo. Entre os pronunciamentos, o CPC 02: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que é correlação à norma internacional IAS 21, traz para a normatização brasileira aspectos não considerados nas legislações anteriores sobre o assunto. Dentre estes se podem destacar a conceituação de moeda funcional e o tratamento dado à variação cambial dos investimentos no exterior avaliados por equivalência patrimonial, que anteriormente era reconhecida juntamente com os resultados gerados no período diretamente no resultado da investidora. Para representar a aplicação do CPC 02 e analisar seus resultados, esta pesquisa tem por objetivo analisar um modelo de conversão das demonstrações contábeis de uma empresa brasileira que possui sucursal uruguaia. A análise e aplicação dos métodos de conversão mostram que as deficiências existentes nas legislações anteriores foram tratadas e que o Pronunciamento CPC 02 propicia a comparabilidade das informações entre diversos investimentos. Analisando as contribuições da pesquisa, como ainda não existem muitos estudos que auxiliem a aplicação da nova norma, espera-se que este trabalho sirva de apoio e referência na consulta a processos de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

Palavras chaves: Conversão de Demonstrações Contábeis, Moeda Estrangeira, Variação Cambial, Empresa Transportadora.

*Acadêmica de Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CONVERSION OF FINANCIAL STATEMENTS: THE CASE OF AN ENTERPRISE CARRIER WITH URUGUAYAN BRANCH

Abstract: Since many companies are expanding their business to other countries, it is necessary that information generated by these companies is appropriated for its various users, including investors who can be nationals or foreigners. In this context, we have the convergence of accounting in Brazil to International Standards that has the Accounting Pronouncements Committee to issue pronouncements that support and lead this process. Among the statements issued, CPC 02: Effects of Changes in Foreign Exchange Rates and Conversion of Financial Statements, which is the correlation to the international standard IAS 21, brings to Brazilian standard issues that were not considered in previous legislation about the subject. Among these, we can point the concept of functional currency and treatments given to exchange variation of investments abroad valued by the equity method, which previously was recognized with the results generated in the period directly in the income of the investor. To represent the application of CPC 02 and analyze their results, this research has the objective to analyze a model for the conversion of financial statements in a Brazilian company that owns Uruguayan branch. The analysis and application of conversion methods shows that the deficiencies in existing laws were treated and CPC 02 provides a comparison of information between several investments. Analyzing the contributions of this paper, as there are not many studies that help the implementation of this new standard, it is expected that this work serve as a reference query to the process of convergence of Brazilian Accounting to International Standards.

Keywords: Conversion of Financial Statements, Foreign Currency, Exchange Variation, Enterprise Carrier.

1. INTRODUÇÃO

A rápida disseminação da informação dada pelo avanço tecnológico dos meios de comunicação e de informação possibilitou, entre outros fatos, que as relações na sociedade não se dêem mais apenas em esferas locais, o que foi denominado inicialmente nacionalização, posteriormente de globalização. Como exemplo, as empresas que estão expandindo seus negócios para outros países, as chamadas multinacionais, são evidências de uma economia mundial globalizada. Segundo McManus (2009, p.9) “os mercados de capitais tornam-se cada vez mais globalizados, aumentando constantemente os investimentos internacionais”. Nesse contexto se faz necessário que as informações geradas por estas empresas sejam adequadas aos seus diversos usuários, entre eles os investidores que podem ser nacionais ou estrangeiros.

Considerando que as demonstrações contábeis são um dos principais instrumentos de disseminação de informações de qualquer empresa, tanto por seus administradores, quanto para os investidores e/ou potenciais investidores, a necessidade de comparar estas informações faz surgir uma necessidade que extrapola a adoção de práticas contábeis padronizadas. Trata-se da Conversão das Demonstrações Contábeis.

A necessidade de converter as demonstrações contábeis se dá pelo fato que a empresa controladora de uma multinacional, por exemplo, precisa que os demonstrativos contábeis de suas subsidiárias, localizadas em países diferentes do país sede, estejam não somente com uniformidade nas práticas contábeis, mas também uniforme na moeda que expressa os valores dos saldos das contas. Sobre isto, muitas empresas nacionais possuem filiais ou sucursais no exterior, que operam utilizando a moeda do país onde estão instaladas. Para consolidar as informações de suas filiais/ sucursais, as empresas-matriz brasileiras devem utilizar os métodos de conversão das demonstrações contábeis.

Por ser um assunto que faz parte da internacionalização da contabilidade, os órgãos internacionais, como *International Accounting Standards Board* (IASB) e *Financial Accounting Standards Board* (FASB), têm emitido as IAS e IFRS, que são normas para a padronização contábil no mundo, inclusive sobre a Conversão das Demonstrações Contábeis. No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emite pronunciamentos correlacionados a estas normas, a fim de desenvolver critérios e métodos para a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Em uma visão realista da economia mundial, adotar um padrão internacional para elaboração e divulgação das demonstrações

contábeis é uma obrigação imposta às empresas brasileiras que estão cada vez mais invadindo os mercados internacionais (PALÁCIOS, 2010).

O Pronunciamento Técnico CPC 02 (Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis) é a correlação à norma internacional IAS 21, e trata sobre os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, assuntos que serão abordados neste trabalho. O conteúdo desta norma reflete a preocupação com a comparabilidade das informações contábeis entre os investimentos em diferentes moedas.

O grande desafio que se nota, é em relação à interpretação e à aplicação adequada da norma. Em consequência disso, é que se tem o sucesso da mesma e a eficiência das empresas em gerar informações transparentes, confiáveis, relevantes e acessíveis aos seus usuários. Como ressalta McManus (2009, p.9) *“a confiabilidade das informações é um imperativo para atrair o interesse dos investidores, sobretudo em tempos de crise”*.

Outro aspecto relevante é a escassez de material que auxilie a utilização do CPC 02, visto que se trata de uma norma recente. Durante a adoção das novas normas de conversão a padrões internacionais, nota-se a necessidade de esclarecimentos e até alguns ajustamentos. Isso fez com que durante o ano de 2008 e 2009 fossem emitidas diversas ICPCs, que são interpretações, e OCPCs, que são orientações dos pronunciamentos técnicos CPCs. A respeito dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, CPC 02, até o momento tem-se alguns itens (13 a 28) do OCPC 02 que trazem algumas orientações à sua aplicação e estão sendo consideradas neste trabalho.

Para Palácios (2010), a convergência da contabilidade a padrões internacionais veio para ficar, trata-se de um processo irreversível e que não se destina somente às empresas abertas e companhias de grande porte. Assim, é necessário que se tenha pleno entendimento e aplicabilidade dos pronunciamentos emitidos pelo CPC. Sobre o CPC 02, a conversão torna-se ferramenta indispensável para leitura das demonstrações contábeis e registro de operações no exterior. Sendo assim, de que forma ele deve ser aplicado? Quais os efeitos de sua utilização?

Diante da padronização contábil e com os CPCs refletindo a grande maioria dos conceitos de IFRS, a relevância desta pesquisa reside no fato de facilitar a compreensão e a aplicação do CPC 02 quanto à conversão das demonstrações contábeis. Existem estudos sobre as normas internacionais publicados, porém estes são poucos e tratam da conversão de demonstrações contábeis em moeda nacional para moeda estrangeira. Apesar de o CPC 02 também prever seu uso para esta finalidade, o próprio sumário do pronunciamento afirma que

o assunto de maior novidade se dá na conversão de demonstrações contábeis em moeda estrangeira para o real brasileiro. Sobre isto, existem apenas estudos de normas brasileiras anteriores, como a Deliberação CVM nº 28/86.

Além disto, o CPC 02 visa determinar como incluir transações em moeda estrangeira e operações no exterior nas demonstrações contábeis de uma entidade no Brasil, operações que também são de extrema relevância, visto que muitas companhias, apesar de não possuírem subsidiárias no exterior, necessitam utilizar-se dos métodos de conversão para algumas operações de compra e venda de produtos ou serviços com outros países, por exemplo.

O objetivo deste trabalho é analisar um modelo de conversão das demonstrações contábeis de uma empresa brasileira que possui sucursal uruguaia. Cabe ressaltar que o objetivo deste trabalho visa à aplicação da norma em um determinado período, que no caso estudado será o ano de 2009, e não a elaboração de demonstrações contábeis comparativas.

Inicialmente é apresentada a introdução deste trabalho e, em seguida, uma revisão bibliográfica, que expõe um estudo sobre a conversão de demonstrações contábeis, o conteúdo da norma CPC 02 e identifica situações para sua aplicação. Na seção seguinte tem-se a metodologia da pesquisa, definindo os procedimentos desenvolvidos para atender ao objetivo da pesquisa. Na quarta seção é apresentada a aplicação no setor de transportes, que traz um modelo de aplicação do Pronunciamento CPC 02 em uma empresa transportadora brasileira que possui uma sucursal uruguaia. E, por fim, os resultados obtidos com a pesquisa são expostos na análise dos resultados, que antecedem as considerações finais do presente trabalho.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Historicamente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis é resultado da abertura da economia brasileira para o exterior, que proporcionou o contato direto com outras economias, inclusive com títulos negociados nas bolsas de maior movimento do mundo e ao alcance de investidores e investimentos internacionais. Assim, não somente para o Brasil, mas como para a maioria das economias, que se encontram globalizadas, a diversidade de práticas contábeis utilizadas dificulta a troca e interpretação das informações entre os investidores e possíveis investidores. Neste cenário, o CPC representa a perspectiva da modernização das normas e preceitos contábeis no Brasil (Integrantes do CPC, 2009). Os pronunciamentos emitidos pelo CPC visam proporcionar suporte ao processo de convergência a padrões internacionais.

O CPC 02: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis, assunto deste estudo, reflete fortemente a preocupação com a comparabilidade das informações. Sua utilidade pode ser verificada de diversas maneiras, desde a conversão de uma demonstração contábil estrangeira para moeda nacional para fins de comparação de investimentos, como para consolidação de informações de investimentos que empresas brasileiras possuem no exterior e registro de operações com outros países.

No período anterior ao Pronunciamento CPC 02, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em novembro de 2007, a regra vigente para conversão das demonstrações contábeis no Brasil era a Deliberação CVM nº 28/86. Uma das deficiências apresentadas pela norma está na ausência conceitual de moeda funcional, e no fato de ser dado o mesmo tratamento contábil aos ganhos e perdas cambiais (como resultado), independente da metodologia utilizada (SILVA, 2007). Segundo Silva (2007), este tipo de tratamento compromete os resultados para efeitos de análise de rentabilidade dos investimentos societários no exterior. Além disso, não atende as necessidades da nova realidade das empresas brasileiras que estão em processo de internacionalização. Silva (2007) considera que a tendência à convergência das normas brasileiras com as normas internacionais, a adoção do IAS 21, poderá solucionar os problemas apresentados pela Deliberação CVM 28/86. Assim, o CPC 02, que é correlação às normas internacionais de contabilidade IAS 21, vem de encontro as necessidades brasileiras.

Segundo Schmidt, Santos e Fernandes (2005) sobre as demonstrações contábeis de investimentos brasileiros no exterior, estas necessitam ser ajustadas de acordo com os princípios e legislação societária brasileira, visto que inicialmente foram elaboradas de acordo com os princípios e normas de seu país de origem. O CPC 02 não cuida dos ajustes necessários às demonstrações contábeis se adaptarem às normas e padrões de outro país, para fins de equivalência patrimonial e consolidações totais ou parciais. Porém o pronunciamento prevê, como referido no item 4 de seu sumário, que estes tenham sido implementados antes de sua aplicação. Ou seja, antes que se apliquem os critérios de conversão de moeda nas demonstrações contábeis de uma sucursal estrangeira de uma multinacional brasileira, por exemplo, estas demonstrações já devem conter os devidos ajustes em conformidade com as normas e padrões contábeis adotados no Brasil.

A princípio, filiais são tratadas como extensão da atividade e representações da empresa matriz, tendo seus saldos contábeis de ativos, passivos e resultados integrados nos demonstrativos contábeis da empresa mãe. Já as controladas possuem seus próprios demonstrativos que são consolidados total ou parcialmente, de acordo com a participação

proporcional, aos demonstrativos da controladora e são reconhecidas através da equivalência patrimonial. O CPC 02 prevê que o tratamento dado às demonstrações contábeis das entidades no exterior, sejam estas filiais, agências, sucursais, dependências ou controladas, deve ser direcionado de acordo com a essência deste investimento.

O Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, dispõe sobre a primazia da essência sobre a forma em seu item 35: “para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a apresentar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal...”. Assim, pelo que determina o Pronunciamento CPC 02, se na essência a entidade se caracterizar como filial, por exemplo, seus saldos serão reconhecidos diretamente nos demonstrativos da investidora. Porém, quando a entidade possuir autonomia suficiente para ser tratada como consolidada, seu reconhecimento será feito por equivalência patrimonial e consolidação. Ainda sobre isto, o CPC 02 traz em seu item 21:

“[...] investidas no exterior juridicamente dadas como sucursais ou filiais, mas que tenham autonomia suficiente para serem tratadas como controladas, deverão ter suas operações contabilizadas sem a incorporação de seus ativos, passivos, receitas e despesas diretamente na investidora, sendo tratadas por equivalência patrimonial e incluídas linha a linha apenas nas demonstrações consolidadas.”

2.1 Moeda Funcional

Para elaboração de suas demonstrações contábeis, as entidades utilizam sua moeda funcional. De acordo com o CPC 02, a determinação a moeda funcional de uma entidade deve levar em consideração primeiramente os fatores: moeda que mais influencia os preços de bens e serviços, a moeda do país cujos regulamentos mais influenciam na determinação dos preços de venda de seus produtos/ serviços e a moeda que mais influencia mão-de-obra, material e outros custos de sua produção. Caso estes fatores não evidenciem claramente qual deve ser a moeda funcional da entidade, devem-se analisar ainda outros fatores: moeda na qual são obtidos recursos financeiros e moeda em que são recebidos os valores de atividades operacionais.

Existem ainda fatores adicionais que identificam quando a moeda funcional da entidade é a mesma da entidade a que reporta, ou seja, no caso de uma filial estrangeira de multinacional brasileira, quando esta utiliza o real como moeda funcional. Isto ocorre quando as atividades no exterior são como uma extensão das atividades da matriz, não possuindo grau significativo de autonomia; quando os fluxos de caixa da entidade no exterior afetam

diretamente os fluxos da matriz ou quando os fluxos de caixa das atividades no exterior não são suficientes para cobrir suas dívidas.

Para que a moeda funcional de uma empresa não seja a moeda local, é necessário que praticamente todas as condições acima citadas sejam atendidas, e não apenas uma delas. Isto porque, a moeda funcional não é questão de escolha e, nos casos de dúvida, prevalece a moeda local (IUDICIBUS, 2010).

Para Perez Junior (2002, p.60) *“a determinação da moeda funcional dependerá da economia do país em que a subsidiária está instalada, do volume de operações com a matriz e também do volume de operações com entidades de outros países”*. Schmidt, Santos e Fernandes (2006) também ressaltam que a determinação de qual moeda será a funcional deverá levar em consideração as principais transações da empresa. Como podemos perceber, estas idéias vão ao encontro do que o CPC 02 estabelece como critérios para escolha da moeda funcional, levando em consideração que esta deve refletir as transações, eventos e condições relacionadas à entidade. Por isso, o pronunciamento considera também que não deve haver alteração da moeda funcional, a menos que haja mudança nas condições anteriormente citadas.

2.2 Itens Monetários e Itens Não-monetários e Taxas de Conversão

Os itens contidos nas demonstrações contábeis, para fins de critérios de conversão que serão utilizados, são classificados por Perez Júnior (2002, p.56) em itens monetários e itens não-monetários, da seguinte forma:

“MONETÁRIOS: disponibilidades e direitos ou obrigações que serão realizados ou exigidos em dinheiro. Exemplo: caixa, bancos, duplicatas a receber, duplicatas descontadas, provisão para devedores duvidosos, contas a receber, aplicações financeiras, depósitos compulsórios etc.

NÃO-MONETÁRIOS: bens (realizáveis ou permanentes) e direitos ou obrigações que serão exigidos em bens ou serviços. Exemplos: estoques em geral, despesas pagas antecipadamente, adiantamentos a fornecedores, participações societárias realizáveis ou permanentes, ativo imobilizado.”

Schmidt, Santos e Fernandes (2006) explicam que os itens monetários são representados pela moeda, ou direitos e obrigações que deverão ser recebidos ou liquidados em moeda, e estão sujeitos à perda do poder aquisitivo; enquanto os itens não monetários possuem um mecanismo de proteção intrínseco, por seu valor econômico estar mais relacionado ao valor de mercado.

O pronunciamento CPC 02 prevê a utilização de diferentes tipos de taxas de conversão: taxa histórica, taxa corrente, taxa de fechamento e taxa média. Perez Junior (2006) define como taxa histórica a taxa de câmbio vigente na data em que ocorreu o fato, da compra de um imóvel, por exemplo; taxa corrente como a taxa de câmbio vigente no dia em que determinada operação está sendo realizada; taxa de fechamento a taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis (veja que neste caso será também a taxa corrente do dia deste encerramento); e taxa média como a média aritmética ponderada das taxas de câmbio vigentes em um período, que pode ser um mês, por exemplo.

Assim, o Pronunciamento define que quando uma entidade mantém seus registros contábeis em moeda diferente da funcional, ao elaborar suas demonstrações contábeis todos os valores devem ser convertidos para a moeda funcional seguindo os seguintes critérios: na data de cada balanço, os itens monetários, que podem ser exigidos em dinheiro, devem ser convertidos utilizando-se a taxa de fechamento; os itens não-monetários, mensurados pelo custo histórico, serão convertidos à taxa histórica e os itens não-monetários mensurados ao seu valor justo convertidos usando-se a taxa corrente da data em que o valor justo foi determinado.

No entanto, quando a conversão das demonstrações contábeis se dá para moeda diferente da moeda funcional (caso que será estudado), os critérios de conversão são: para ativos e passivos serão convertidos a taxa de fechamento da data do respectivo balanço, o patrimônio líquido à taxa histórica e as receitas e despesas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações, ou taxa média do período quando aplicável.

2.3 Variação Cambial

O reconhecimento inicial de uma transação em moeda estrangeira é realizado através da conversão para moeda funcional aplicando-se ao valor da operação, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação. Quando há mudança na taxa de câmbio da data da transação para data da liquidação dos itens monetários, de uma fatura a receber de cliente, por exemplo, a variação cambial que surge nesta operação de recebimento, segundo o CPC 02, deverá ser reconhecida como receita ou despesa no período em que surgir.

As variações cambiais sobre itens não-monetários devem ser reconhecidas no patrimônio líquido, se estas variações forem atribuídas a ganhos e perdas reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido. Porém, quando este ganho ou perda em itens não-

monetários for reconhecido no resultado do período, suas variações cambiais também deverão ser reconhecidas no resultado.

Sobre o reconhecimento de variações cambiais de investimentos no exterior:

a) quando a entidade no exterior se caracterizar como filial, extensão das atividades da matriz, as variações cambiais devem ser consideradas como receita ou despesa do período, como resultados integrados à contabilidade da matriz;

b) quando a entidade no exterior se caracterizar como investimento, as variações cambiais deverão ser registradas em conta específica do patrimônio líquido, sob o título de Ajuste Acumulado de Conversão ou equivalente, que será reconhecida no resultado apenas quando da baixa do investimento.

2.4 Aplicações do CPC 02

O pronunciamento CPC 02 traz instruções para conversão sob diversos aspectos: conversão de transações em moeda estrangeira, conversão das demonstrações de uma entidade no exterior, conversão para moeda diferente da funcional e também trata da conversão e contabilização de dividendos recebidos de investimentos no exterior.

Transações em moeda estrangeira abrangem a compra e venda de produtos e serviços, e também empréstimos obtidos ou concedidos, quando o preço ou valores a pagar/ receber destas transações é estabelecido em moeda estrangeira. O reconhecimento inicial se dá pela conversão à taxa de câmbio da transação, e posteriormente há o registro da variação cambial na liquidação, se esta variação existir.

A conversão das demonstrações de uma entidade no exterior ocorre quando os balanços e resultados de uma entidade no exterior são convertidos para a moeda funcional de sua matriz/ investidora para que possa ser incluída nas demonstrações desta investidora por consolidação.

Conversão das demonstrações contábeis para moeda diferente da funcional pode ser usada com diversas finalidades, como: para consolidação das diversas demonstrações contábeis de um grupo compreendido por entidades individuais que operam com diferentes moedas funcionais; para apresentação das demonstrações a investidores internacionais; para obter demonstrações em “moeda forte”.

Sobre os dividendos recebidos de investimentos no exterior, o pronunciamento os distingue de acordo com seu reconhecimento, que pode ser pelo método de equivalência patrimonial, quando são registrados como redução da conta de investimentos; método do

custo, que são registrados como receita pelo valor recebido; ou pelo valor de mercado, que também são registrados como receita pelo valor recebido.

2.5 Divulgação

Além dos requisitos, conceitos e procedimentos já citados, o CPC 02 prevê a divulgação de sua utilização. Dentre as informações que devem ser divulgadas:

- a) Se a moeda de apresentação for diferente da moeda funcional da entidade, deve ser citado este fato e os motivos de sua utilização;
- b) Mudança da moeda funcional, divulgando também a razão para tal mudança;
- c) Apresentação das demonstrações contábeis ou outras informações financeiras em uma moeda diferente da funcional, identificando-as como informações suplementares, a moeda utilizada, a moeda funcional e o método de conversão utilizado.

3. METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada neste trabalho visa atender ao objetivo desta pesquisa sobre a utilização do CPC 02 e seus efeitos. Para tanto, esta pesquisa se apresenta na forma qualitativa e exploratória, sustentada por um estudo de caso de uma empresa brasileira que possui sucursal no exterior e precisa converter suas demonstrações para a moeda funcional utilizada no Brasil.

A natureza exploratória se caracteriza quando o assunto abordado tem desenvolvimento incipiente na literatura, envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos que estimulem a compreensão do assunto estudado, este último caracterizando fortemente a intenção do presente trabalho. Para Yin (2001), a pesquisa exploratória é a mais indicada para os casos em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre um tema.

A pesquisa contou com dados secundários, como o pronunciamento CPC 02, objeto deste estudo, leis e normativos oficiais, literatura específica que trata da conversão das demonstrações contábeis e da internacionalização da contabilidade, onde o assunto da conversão está inserido. Além disso, foram levantados dados primários de uma empresa brasileira do setor de transporte que possui sucursal no exterior, a fim de obter material suficiente para estudo um estudo de caso sobre a aplicação do CPC 02.

A aplicação a ser realizada será da avaliação de investimentos societários no exterior pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP). Para isto, será utilizado o modelo

desenvolvido no Manual de Contabilidade Societária, que utiliza o CPC 02 como base para os procedimentos de conversão. Este é o material de estudo mais atual, além dos pronunciamentos CPCs, da nova legislação de contabilidade brasileira e do processo de conversão aos padrões internacionais.

Iudícibus (2010) relaciona as etapas que a investidora deve efetuar, nos casos da avaliação de investimentos no exterior pelo MEP, quais sejam:

- a) Elaboração das demonstrações contábeis da investida, que devem estar em conformidade com as normas brasileiras, na moeda funcional da mesma;
- b) Conversão das demonstrações acima para a moeda funcional da investidora, utilizando o método da taxa corrente que é o método de conversão adotado pelo Pronunciamento CPC02;
- c) Reconhecimento do resultado da investida por equivalência patrimonial com base na Demonstração de Resultado levantada conforme o item b;
- d) Reconhecimento dos ganhos/ perdas cambiais do investimento em conta específica do Patrimônio Líquido;
- e) Nos casos de um investimento em controlada, a investidora deverá consolidar as Demonstrações Contábeis da investida.

Como este trabalho visa o entendimento e aplicação da conversão das demonstrações contábeis, não será elaborada a última etapa acima citada, que trata da consolidação. Porém, a partir da coleta dos dados e da revisão bibliográfica executada, os demais pontos serão desenvolvidos, exemplificando como ocorrem as conversões a partir do pronunciamento e do caso estudado, assim como da literatura auxiliar que fornece suporte sobre os conceitos e técnicas de conversão.

4. APLICAÇÃO NO SETOR DE TRANSPORTES

Nesta seção será apresentado um modelo de aplicação dos métodos de conversão das demonstrações contábeis segundo o CPC 02, em uma empresa do setor de transportes de cargas. Este setor é um bom exemplo da necessidade e aplicação de tais métodos, visto que muitas empresas transportadoras de cargas possuem filiais e centros de distribuição em outros países. O exemplo que utilizaremos é de uma sucursal no Uruguai de uma empresa transportadora com matriz brasileira.

Cabe ressaltar que, para elaboração do modelo de conversão, serão utilizados os demonstrativos contábeis da entidade no exterior do ano de 2009 com seus valores alterados,

mas conservando a proporcionalidade dos mesmos, a fim de preservar a identidade dos números. Da mesma forma, denominaremos a empresa com um nome fictício de “Transportadora Uruguai”, também a fim de preservar a identidade da empresa estudada. O método de conversão que será demonstrado, não significa ser o mesmo método utilizado pela companhia, mas sim a aplicação do objeto de estudo: o CPC 02.

No caso estudado, a sucursal “Transportadora Uruguai” possui suficiente corpo gerencial próprio, autonomia administrativa e contrata operações próprias, como empréstimos bancários, o que a caracteriza como uma entidade autônoma da sua matriz no Brasil. A moeda utilizada para registrar as operações da sucursal é a moeda local, Pesos Uruguaios. Portanto, os demonstrativos contábeis desta sucursal devem ser convertidos para Real e seus resultados devem ser reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial e incluídos nas demonstrações contábeis da matriz investidora brasileira.

Conforme mencionado no item anterior, Metodologia, serão utilizados os procedimentos do modelo de conversão apresentado no Manual de Contabilidade Societária. O método de conversão previsto no CPC 02 é o Método da Taxa Corrente, onde os itens do Ativo e do Passivo são convertidos à taxa de câmbio corrente e o Patrimônio Líquido é convertido inicialmente à taxa de câmbio histórica, por isso surgem as variações cambiais que serão representadas em conta específica no patrimônio líquido, denominada Ajuste Acumulado de Conversão, como veremos.

ATIVO Taxa Corrente	PASSIVO
	Taxa Corrente
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Saldo Anterior PL (igual a saldo final do período anterior)
	Dividendos e Ingressos de Capital (Taxa Histórica)
	Resultado do Período (transportado da DRE convertida por taxa histórica ou média)
	Ajuste Acumulado de Conversão

Quadro 01: Conversão do Balanço Patrimonial e as Taxas Cambiais
Fonte: Manual de Contabilidade Societária (IUDICIBUS)

Abaixo, tabela com as taxas de conversão de Pesos Uruguaios para Real do ano de 2009. As taxas apresentadas são as taxas de câmbio médias mensais para os meses de janeiro a dezembro, a taxa de câmbio média anual e a taxa de câmbio de fechamento do mês de dezembro de 2009.

TAXAS 2009		
Período	Fechamento	Média
Janeiro		0,099
Fevereiro		0,100
Março		0,097
Abril		0,092
Maio		0,087
Junho		0,084
Julho		0,083
Agosto		0,081
Setembro		0,083
Outubro		0,084
Novembro		0,084
Dezembro	0,090	0,089
Taxa Média Anual		0,089

Quadro 02: Taxas de Conversão Cambial Pesos x Real do ano de 2009
Fonte: Banco Central do Brasil

As Receitas da sucursal compõem-se basicamente de serviços de transportes e armazenamento, além de receitas financeiras. Os Custos, referentes à atividade de transporte, abrangem os salários e benefícios do pessoal da logística e motoristas, despesas com manutenção de veículos, combustíveis e os materiais de expediente (caixas, fitas adesivas...). As Despesas Operacionais possuem maior diversidade: despesas com energia elétrica, telefone, internet, correio, salários administrativos, gastos bancários, gastos com assessoria contábil, depreciação, entre outros. Outras Receitas e Despesas são valores de variações cambiais, multas, correção monetária e outros que não estão diretamente relacionados com a atividade da empresa. Para aplicação da conversão, vamos utilizar um modelo enxuto da Demonstração do Resultado, considerando os totais dos grupos acima citados.

Pesos Uruguaios	
Receitas	42.406.955,64
Custos	<u>(5.160.481,31)</u>
Lucro Bruto	37.246.474,34
Despesas Operacionais	(35.077.889,78)
Outras Receitas/ Despesas	<u>(1.700.052,17)</u>
Lucro antes dos Tributos	468.532,39
Tributos sobre o Lucro	(153.930,00)
Lucro Líquido	314.602,39

Quadro 03: “Transportadora Uruguai” – Demonstração do Resultado de 01/01/09 a 31/12/2009
Fonte: Resultado da pesquisa

No Balanço Patrimonial que segue, percebemos uma grande concentração de valores no Ativo Circulante, que representa 98% do Ativo Total. A baixa representatividade do Ativo

Não Circulante, e conseqüentemente do Imobilizado da “Transportadora Uruguai”, se deve ao fato de que a frota utilizada nos serviços de transporte está concentrada na empresa matriz brasileira.

Pesos Uruguaios	
ATIVO	7.515.185,59
Ativo Circulante	<u>7.384.063,98</u>
Disponibilidades	2.448.989,03
Investimentos Temporários	82.475,40
Créditos de Vendas	4.794.471,06
Outros Créditos	58.128,49
Ativo Não Circulante	<u>131.121,60</u>
Imobilizado	115.340,89
Intangível	15.780,71
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.515.185,59
Passivo Circulante	<u>514.973,15</u>
Fornecedores	45.347,73
Contas a Pagar	469.625,42
Patrimônio Líquido	<u>7.000.212,44</u>
Capital Social	1.228.419,13
Reservas	5.457.190,92
Lucros Acumulados	314.602,39

Quadro 04: “Transportadora Uruguai” – Balanço Patrimonial em 31/12/2009
Fonte: Resultado da Pesquisa

Admitindo-se que a “Transportadora Uruguai” utiliza as mesmas práticas contábeis adotadas por sua investidora brasileira, e que, portanto não é preciso efetuar quaisquer ajustes por diferenças entre as práticas, inicia-se o processo de conversão pela Demonstração do Resultado do Exercício. As receitas e despesas devem ser convertidas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações, porém o próprio CPC 02 (item 46) prevê, por razões práticas, a utilização de uma taxa que se aproxime das taxas cambiais em vigor nas datas das transações, por exemplo, uma taxa de câmbio média para o período. Esta prática somente pode ser utilizada para períodos onde as taxas cambiais não flutuem significativamente. Para conversão das receitas, custos (que também são despesas), despesas e outras receitas/ despesas da “Transportadora Uruguai” serão utilizadas as taxas de câmbio médias mensais.

Mês	Taxa Média Mensal	Receitas		Custos	
		Pesos	R\$	Pesos	R\$
Janeiro	0,099	3.144.903,16	311.440,51	(435.272,25)	(43.105,115)
Fevereiro	0,100	2.647.087,57	264.016,84	(597.838,50)	(59.627,582)
Março	0,097	3.043.696,23	294.669,78	(337.587,25)	(32.682,880)
Abril	0,092	3.686.871,60	339.307,77	(352.664,13)	(32.456,156)
Mai	0,087	3.776.927,21	329.002,09	(513.363,76)	(44.718,296)
Junho	0,084	4.645.608,28	389.915,86	(564.620,74)	(47.389,828)
Julho	0,083	4.963.639,63	411.334,23	(412.445,37)	(34.179,133)
Agosto	0,081	2.998.901,64	242.970,15	(349.256,04)	(28.296,625)
Setembro	0,083	3.830.002,19	318.617,52	(349.846,00)	(29.103,655)
Outubro	0,084	1.756.379,61	147.309,98	(336.136,50)	(28.192,232)
Novembro	0,084	4.975.794,78	420.445,70	(382.856,27)	(32.350,665)
Dezembro	0,089	2.937.143,76	261.581,76	(528.594,50)	(47.076,578)
Total		42.406.955,64	3.730.612,18	(5.160.481,31)	(459.178,75)

Quadro 05: “Transportadora Uruguai” – Conversão das Receitas e Custos de 01/01/2009 a 31/12/2009
Fonte: Resultado da Pesquisa

No quadro acima, estão demonstradas as conversões de Receitas e Custos de janeiro a dezembro de 2009 e abaixo, as conversões das Despesas e Outras Receitas/ Despesas destes períodos.

Mês	Taxa Média Mensal	Despesas		Outras Receitas/ Despesas	
		Pesos	R\$	Pesos	R\$
Janeiro	0,099	(3.234.925,69)	(320.355,46)	(568.457,94)	(56.294,525)
Fevereiro	0,100	(2.105.250,18)	(209.974,73)	316.485,87	31.565,861
Março	0,097	(2.360.988,12)	(228.574,66)	150.115,75	14.533,177
Abril	0,092	(1.767.098,66)	(162.628,48)	(37.556,96)	(3.456,418)
Mai	0,087	(2.569.799,75)	(223.851,14)	(203.772,70)	(17.750,313)
Junho	0,084	(3.006.722,04)	(252.360,62)	50.101,40	4.205,118
Julho	0,083	(3.575.243,37)	(296.278,55)	(57.664,09)	(4.778,593)
Agosto	0,081	(2.978.861,89)	(241.346,54)	(295.434,11)	(23.935,987)
Setembro	0,083	(2.524.554,72)	(210.017,47)	(450.769,53)	(37.499,474)
Outubro	0,084	(1.967.583,28)	(165.023,93)	(156.319,89)	(13.110,765)
Novembro	0,084	(3.080.794,76)	(260.321,61)	(242.513,88)	(20.491,986)
Dezembro	0,089	(5.906.067,32)	(525.993,82)	(204.266,09)	(18.191,919)
Total		(35.077.889,78)	(3.096.727,01)	(1.700.052,17)	(145.205,83)

Quadro 06: “Transportadora Uruguai” – Conversão das Despesas e Outras Receitas/ Despesas de 01/01/2009 a 31/12/2009

Fonte: Resultado da Pesquisa

Os valores apurados são transportados para a Demonstração do Resultado do Exercício convertida e, o valor de tributos sobre o lucro é convertido à taxa de câmbio média anual, considerando que o resultado tributável tenha sido formado ao longo do exercício.

	Pesos Uruguaios	Taxa	R\$
Receitas	42.406.955,64		3.730.612,18
Custos	<u>(5.160.481,31)</u>		<u>(459.178,75)</u>
Lucro Bruto	37.246.474,34		3.271.433,43
Despesas Operacionais	(35.077.889,78)		(3.096.727,01)
Outras Receitas/ Despesas	<u>(1.700.052,17)</u>		<u>(145.205,83)</u>
Lucro antes dos Tributos	468.532,39		29.500,59
Tributos sobre o Lucro	(153.930,00)	0,089	(13.637,72)
Lucro Líquido	314.602,39		15.862,87

Quadro 07: “Transportadora Uruguai” – Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2009 a 31/12/2009
Fonte: Resultado da Pesquisa

Concluída a conversão da Demonstração do Resultado do Exercício, será convertido o Balanço Patrimonial. Ativo e Passivo são convertidos utilizando a taxa de câmbio corrente do fechamento do mês de dezembro de 2009. No Patrimônio Líquido será utilizada a taxa de câmbio histórica, para as contas de Capital Social e Reservas, enquanto os Lucros Acumulados serão transportados da DRE convertida. Será utilizada uma taxa de câmbio histórica para a conversão do Capital Social e de Reservas porque se considera que o procedimento de conversão está sendo efetuado pela primeira vez e, portanto, não são conhecidos os saldos finais destas contas no período anterior, nem se obteve acesso a tais valores. Porém, cabe ressaltar que, nos casos em que estes valores são conhecidos e, quando for efetuada a conversão dos demonstrativos do ano de 2010 da “Transportadora Uruguai”, os saldos finais do período anterior das contas de Patrimônio Líquido deverão ser considerados. Como valor da taxa de câmbio histórica também não foi fornecido para este trabalho, será utilizada uma taxa de câmbio histórica suposta de 0,08539 (0,085), que foi calculada pela taxa de câmbio média dos anos de 2007 e 2008.

As conversões das contas do Patrimônio Líquido às taxas diferentes do Ativo e Passivo geram as variações cambiais, que são os ganhos ou perdas na conversão. Para apurar o valor total da variação cambial, que será lançado na conta de Ajuste Acumulado de Conversão, é necessário analisar cada conta do Patrimônio Líquido, comparando o valor convertido com os critérios estabelecidos (taxa de câmbio histórica e DRE), com o valor da conversão pela taxa de câmbio corrente do fechamento.

Capital Social	Pesos Uruguaios		R\$
Taxa Histórica	1.228.419,13	0,085	104.894,62
Taxa Corrente do Fechamento	1.228.419,13	0,090	109.970,54
Variação Cambial			5.075,92

Reservas	Pesos Uruguaios		R\$
Taxa Histórica	5.457.190,92	0,085	465.989,12
Taxa Corrente do Fechamento	5.457.190,92	0,090	488.538,65
Varição Cambial			22.549,52

Lucros Acumulados	Pesos Uruguaios		R\$
Conforme conversão do DRE			15.862,87
Taxa Corrente do Fechamento	314.602,39	0,090	28.163,84
Varição Cambial			12.300,96

Total das Variações Cambiais			R\$
			39.926,41

Quadro 08: “Transportadora Uruguai” – Cálculo das Variações Cambiais

Fonte: Resultado da Pesquisa

Assim, o valor total das variações cambiais será de R\$ 39.926,41, que lançado na respectiva conta do Patrimônio Líquido, Ajuste Acumulado de Conversão, irá compor o Balanço Patrimonial convertido, conforme abaixo:

	Pesos Uruguaios	Taxa	R\$
ATIVO	7.515.185,59		672.774,44
Ativo Circulante	7.384.063,98		661.036,18
Disponibilidades	2.448.989,03	0,090	219.238,40
Investimentos Temporários	82.475,40	0,090	7.383,36
Créditos de Vendas	4.794.471,06	0,090	429.210,64
Outros Créditos	58.128,49	0,090	5.203,78
Ativo Não Circulante	131.121,60		11.738,27
Imobilizado	115.340,89	0,090	10.325,55
Intangível	15.780,71	0,090	1.412,72
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.515.185,59		672.774,44
Passivo Circulante	514.973,15		46.101,43
Fornecedores	45.347,73	0,090	4.059,62
Contas a Pagar	469.625,42	0,090	42.041,81
Patrimônio Líquido	7.000.212,44		626.673,02
Capital Social	1.228.419,13	0,085	104.894,62
Reservas	5.457.190,92	0,085	465.989,12
Lucros Acumulados	314.602,39		15.862,87
Ajustes Acumulados de Conversão	0,00		39.926,41

Quadro 09: “Transportadora Uruguai” – Balanço Patrimonial em 31/12/2009 Convertido para Reais

Fonte: Resultado da Pesquisa

Finalizadas as conversões, a investidora brasileira da sucursal uruguaia deverá reconhecer diretamente em seu resultado, como receita, o resultado da investida por equivalência patrimonial. A base será a Demonstração de Resultado da investida convertida e, como neste caso a investidora detém 100% do capital da “Transportadora Uruguai”, o resultado de equivalência patrimonial será a totalidade do resultado, R\$ 15.862,87. Abaixo, o registro contábil dessa receita pela matriz investidora brasileira:

Dia 31/12/2009:

	Débito	Crédito
Investimento - "Transportadora Uruguai"	15.862,87	
Receita de Equivalência Patrimonial		15.862,87

Quadro 10: “Transportadora Uruguai” – Contabilização da Equivalência Patrimonial na Investidora
Fonte: Resultado da Pesquisa

Os ganhos com variação cambial são reconhecidos na investidora, proporcionalmente a sua participação, em uma conta específica do Patrimônio Líquido, e não como resultado do exercício. Veja a contabilização:

Dia 31/12/2009:

	Débito	Crédito
Investimento - "Transportadora Uruguai"	39.926,41	
Ajuste Acumulado de Conversão (PL)		39.926,41

Quadro 11: “Transportadora Uruguai” – Contabilização da Variação Cambial na Investidora
Fonte: Resultado da Pesquisa

A conta utilizada é Ajuste Acumulado de Conversão, que registra as variações cambiais de investimentos permanentes em entidades no exterior e só pode ser baixada quando da baixa do investimento, ou parte dele, por alienação ou outro motivo (IUDÍCIBUS, 2010). Assim, a realização das variações cambiais de investimentos no exterior só ocorre nos casos de operações de venda, liquidação, reembolso de capital ou abandono de investimento em entidades no exterior, na proporção em que ocorrerem.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O método utilizado, seguindo o modelo do Manual de Contabilidade Societária, torna o processo de conversão das demonstrações contábeis em moeda estrangeira, segundo o CPC 02, um processo mais fácil pela lógica das etapas da conversão que ele apresenta e que foram utilizadas neste trabalho. Isto porque apesar de o pronunciamento normatizar como deve ser executada a conversão, é difícil visualizar como esta deve ocorrer e quais serão seus resultados apenas pela leitura do mesmo.

A conversão das demonstrações contábeis segundo o CPC 02 nos permite visualizar, separadamente, os resultados do investimento e a variação cambial. Os resultados do investimento são reconhecidos por equivalência patrimonial no Resultado da investidora;

enquanto os ganhos ou perdas de variação cambial são registrados em conta específica do Patrimônio Líquido. Esta segregação nos permite avaliar quais são os efetivos resultados econômicos gerados pela investida (no caso estudado R\$ 15.862,87), e quais valores são gerados apenas por flutuações nas taxas de câmbio (R\$ 39.926,41), pois ainda que estes sejam relevantes, pouco ou nada dizem sobre a eficiência econômica da administração da investida na geração de riquezas.

Ainda sobre a análise dos resultados que a aplicação do CPC 02 propicia, esta pode ser utilizada para que a investidora analise comparativamente o seu investimento na sucursal uruguaia, por exemplo, com os investimentos que ela faz no Brasil ou em outros países. Isto porque com a conversão, é possível se obter os demonstrativos de todos os investimentos na mesma moeda, afim de não só para reconhecer a equivalência patrimonial de tais investimentos, como de poder avaliá-los quanto a sua representatividade perante os demais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CPC 02 representa a convergência dos padrões da contabilidade brasileira, de conversão das demonstrações contábeis e dos efeitos das taxas de câmbio, aos padrões internacionais. Em uma economia extremamente globalizada, a adequação a padrões internacionais já é, por si só, ponto de fundamental importância para a consolidação da economia brasileira neste novo cenário.

A norma brasileira anteriormente vigente sobre o assunto, Deliberação CVM 28/86, estava defasada pela falta de alguns conceitos primordiais, como de moeda funcional, além de tratar as variações cambiais como resultado do período em que ocorreram. Este último ponto trazia consigo alguns problemas, visto que os ganhos ou perdas referentes às variações cambiais só são realizáveis quando da venda ou liquidação de um investimento, por exemplo, e não representam resultados efetivos do período. Além disso, como esta norma não condizia com as normas utilizadas internacionalmente (SFAS 52 e IAS 21), a comparabilidade das informações dos investimentos convertidos pela Deliberação CVM 28/86 com os demais estava comprometida.

O conteúdo do Pronunciamento CPC 02, como já citado anteriormente, se mostra muito mais completo em relação aos normativos anteriores. Porém sua leitura e seu entendimento são complexos, visto que a disposição dos itens dificulta a relação entre os mesmos e, pois o normativo nos traz as premissas e procedimentos que devem ser adotados, mas quando da aplicabilidade se torna difícil sem um modelo a ser seguido.

Este trabalho se restringiu a aplicação da norma nas demonstrações de um determinado exercício (2009) e não levou em consideração a elaboração de demonstrações contábeis comparativas. Isto ocorreu devido a limitações do material concedido pela empresa estudada, que abrangeu somente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício de 2009. Caso estivessem disponíveis estes demonstrativos do ano de 2008, o presente trabalho seria mais completo em suas análises.

Por se tratar o processo de convergência de um processo complexo para adequação e implantação das novas normas e diretrizes, é possível que em breve sejam emitidas novas normas que forneçam suporte a este processo, inclusive no que se refere à conversão das demonstrações contábeis em moeda estrangeira e efeitos das variações cambiais. Isso se configura como uma limitação momentânea da pesquisa, uma vez que a legislação nacional está em freqüente atualização, sendo possível que esta pesquisa encontrasse resultados diferentes se realizada em um momento posterior. De toda forma, entende-se como contribuição aos meios acadêmico e profissional, que este trabalho pode vir a servir de apoio e referência na consulta a processos de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

7. REFERÊNCIAS

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **A Busca da Convergência da Contabilidade aos Padrões Internacionais**. Brasília, 2009. 35 p.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Orientação OCPC 02: Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008**. Brasília, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, 2008.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC-02: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis**. Brasília, 2007.

IUDÍCIBUS, Sergio de ET AL. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010. 792 p.

MCMANUS, Kieran John. **IFRS – Implementação das Normas Internacionais de Contabilidade e da Lei Nº 11.638 no Brasil – Aspectos Práticos e Contábeis Relevantes**. 2ª edição. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2009. 296 p.

PALÁCIOS, Antônio Carlos. O Processo de Convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade com as Normas Internacionais. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, pg. 10-13, maio 2010.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Conversão de Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira**. 5ª edição. São Paulo, Atlas, 2002. 182 p.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Manual de Conversão das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Atlas, 2005. 212 p.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Fundamentos de Conversão das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2006. 153 p.

SILVA, Paula Danyelle Almeida da ET AL. Critérios de Conversão das Demonstrações Contábeis em Moeda Estrangeira Adotadas no Brasil: uma Necessidade de Aperfeiçoamento. **XXXI Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 22 a 26 set. 2007.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.